



de dados da Pesquisa Sobre Pontos de Inclusão Digital no Brasil e avaliação do instrumento de coleta usado no período; (IV) Identificação do universo e planejamento da metodologia para viabilizar a coleta de uma amostra representativa para a pesquisa sobre PIDs 2009 (2007/2008). (V) Elaboração dos questionários e plano de análise dos dados colhidos junto a Centros Públicos de Acesso Gratuito (PIDs - telecentros, infocentros, laboratórios de informática, salas de informática, entre outros).

6 - PRODUTOS/RESULTADOS ESPERADOS: 1. Documento técnico contendo Estudo de Caso, apresentando proposição de modelo para articulação e implantação de estruturas de apoio em TICs para suporte a atividades de descentralização do Planejamento, Acompanhamento e Gestão Estadual. 2. Doc. técnico contendo Relatório Final de Atividades sobre a pesquisa Centros Públicos de Acesso Gratuito no Brasil, via portal do MID/IBICT 2007/2008, contendo plano de análise e a análise dos dados constante da pesquisa, considerando: a) contextualização do papel das Lan houses na Inclusão digital, levando em conta outras pesquisas realizadas recentemente no Brasil; b) Análise dos dados e correlações; c) Revisão de Literatura; d) Conclusão e Recomendações contendo proposições de indicadores para a Pesquisa PIDs 2009.

7 - LOCAL DE TRABALHO: No Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Brasília.

8 - DURAÇÃO DO CONTRATO: 01 mês e 05 dias.

Os interessados deverão encaminhar os Curriculum Vitae do dia 19/03/2009 até o dia 25/03/2009 no SAS Quadra 5, Lote 06, Bloco H, sala 511, CEP: 70.070-912, Brasília/DF, indicando o número do edital e o nome do perfil em que se candidata. Serão desconsiderados os CVs remetidos após a data limite indicada neste edital.

Em atenção às disposições do decreto n.º 5.151, de 22 de julho de 2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional.

EMIR JOSÉ SUAIDEN  
Diretor

## INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA

### EXTRATO DE ACORDO

Acordo de Confidencialidade cód. n.º 07.677.00/09. Participes: Instituto Nacional de Tecnologia - INT, CNPJ n.º 01.263.896/0004-07 e Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, CNPJ n.º 60.453.032/0001-74. Objeto: Estabelecimento de condições a serem observadas pelas partes para troca de informações sigilosas. Os signatários declaram expressamente que estão cientes de sua obrigação de manter em sigilo todas e quaisquer informações obtidas em decorrência do acesso de cada uma das partes às informações confidenciais reveladas pela outra. Vigência: 10/09/08 a 09/09/09. Fundamento Legal: Lei n.º 8.666/93 e a Lei n.º 8.958/94. Assina pelo Instituto Nacional de Tecnologia - INT por seu Diretor o Dr. Domingos Manfredi Naveiro pela UNIFESP por seu Reitor Doutor Marcos Pacheco de Toledo Ferraz. Data da Assinatura: 10 de setembro de 2008.

### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 09.678.00/09. Processo INT n.º 01240.001108/08. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - INT, CNPJ n.º 01.263.896/0004-07, Contratado: LCD CONSULTORIA LTDA. CNPJ n.º 72.157.654/0001-34. Objeto: Licenciamento temporário, por parte da CONTRATADA à CONTRATANTE, do direito de uso do software APOL - Sistema de Acompanhamento de Processos on-line, bem como a correspondente prestação de serviços de suporte, nos estritos termos do instrumento. Valor: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais). Vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de disponibilização dos serviços, 10/11/2008. Fundamento Legal: Lei n.º 8.666/93. Assina pelo INT - Diretor o Dr. Domingos Manfredi Naveiro e pela LCD por seu sócio Diretor o Sr. Luiz Corrêa Duffles de Andrade. Data da Assinatura: 09 de março de 2009. Publique-se

## INSTITUTO NACIONAL DO SEMI-ÁRIDO COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 5/2009

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Material para Laboratório. Total de Itens Licitados: 00004. Edital: 18/03/2009 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h30. ENDEREÇO: Av. Floriano Peixoto, 715 Centro - CAMPINA GRANDE - PB. Entrega das Propostas: a partir de 18/03/2009 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 31/03/2009 às 09h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Descrever detalhadamente o item e não colocar "descrição de acordo com o Edital".

ALBERÍCIO PEREIRA DE ANDRADE  
Coordenador

(SIDECA - 17/03/2009) 240114-00001-2009NE900010

## LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA

### AVISOS DE CANCELAMENTO

Torna sem efeito a publicação do Extrato de Convênio N.º 2003/2007 no DOU de 31/12/2007, Seção 3, pág. 27. N.º Processo: 276/07. Convenientes: Concedente: LABORATORIO NAC. DE COMPUTACAO CIENTIFICA-RJ, Unidade Gestora: 240123, Gestão: 00001. Conveniente: SERVICO DE APOIO `AS MICRO E PEQ EMP NO ESTADO DO RJ, CNPJ n.º 29.737.103/0001-10. , CNPJ n.º 29.737.103/0001-10. Data do Cancelamento: 17/03/2008.

(SICONV - 17/03/2009)

Torna sem efeito a publicação do Extrato de Convênio N.º 2005/2007 no DOU de 31/12/2007, Seção 3, pág. 27. N.º Processo: 277/07. Convenientes: Concedente: LABORATORIO NAC. DE COMPUTACAO CIENTIFICA-RJ, Unidade Gestora: 240123, Gestão: 00001. Conveniente: SERVICO DE APOIO `AS MICRO E PEQ EMP NO ESTADO DO RJ, CNPJ n.º 29.737.103/0001-10. , CNPJ n.º 29.737.103/0001-10. Data do Cancelamento: 17/03/2009.

EGAS MURILO DE SOUSA LEMOS FILHO  
chefe do SEF/LNCC

(SICONV - 17/03/2009)

## MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 34/2009

N.º Processo: 01205000034200915. Objeto: Contratação da empresa TREIDE - Apoio Empresarial Ltda., para inscrição e participação de 06(seis) servidores do Museu Paraense Emílio Goeldi-MPEG, no curso "Elaboração do projeto básico e termo de referência", nos dias 18 e 19 de março de 2009, no valor de R\$8.940,00(oito mil e novecentos e quarenta reais). Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93. Justificativa: É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição. Declaração de Inexigibilidade em 16/03/2009. JOSÉ ELIAS DE ALMEIDA JÚNIOR. Coordenador de Administração. Ratificação em 16/03/2009. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA. Diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi. Valor: R\$ 8.940,00. Contratada: TREIDE - APOIO EMPRESARIAL LTDA.

(SIDECA - 17/03/2009) 240125-00001-2009NE900008

## Ministério da Cultura

### SECRETARIA EXECUTIVA DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo N.º 00001/2009 ao Convênio N.º 00511/2007. N.º Processo: 01400013636200756. Convenientes: Concedente: MINC-COORD-GERAL DE EXEC. ORÇ.E FINANCEIRA, Unidade Gestora: 420001, Gestão: 00001. Conveniente: INSTITUTO ARTECIDADANIA, CNPJ n.º 08.310.056/0001-54. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do convênio. Vigência: 13/03/2009 a 30/08/2009. Data de Assinatura: 13/03/2009. Signatários: Concedente: RANULFO ALFREDO MANEVY DE PEREIRA MENDES, CPF n.º 030.739.606-19, Conveniente: EUNICE MEDEIROS DE SA CESNIK, CPF n.º 195.767.308-72.

(SICONV - 17/03/2009)

## AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

### EDITAL Nº 6, DE 17 DE MARÇO DE 2009

Retificação: Edital Nº 5/2008

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, nos termos da Portaria no 162, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2008, no uso de suas atribuições e considerando o constante no Edital no 001/2008 de 18 de novembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União em 24 de novembro de 2008, e suas retificações, torna pública a retificação do Edital no 5/2008, de 09 de março de 2009, publicado no Diário Oficial da União em 12 de março de 2009, conforme a seguir, tomando sem efeito as disposições em contrário.

O subitem 2.2 do Edital passa a ter a seguinte redação: " 2.2. Para efetuar a sua matrícula o candidato deverá proceder da seguinte forma:

a) Acessar a página do concurso no endereço eletrônico www.concursos.uff.br e imprimir o formulário Ficha de Matrícula no Curso de Formação.

b) Preencher corretamente os campos do formulário Ficha de Matrícula no Curso de Formação e assiná-lo.

c) Encaminhar o formulário Ficha de Matrícula no Curso de Formação, devidamente preenchido e assinado, através do fax número (21) 2620-1248, ou do e-mail atendimentoconcursos@uff.br, para a PROAC/COSEAC/UFF dentro do período determinado no subitem 2.1 deste edital.

2.2.1. O candidato que não conseguir obter o formulário Ficha de Matrícula no Curso de Formação deverá entrar em contato com a PROAC/COSEAC/UFF, pelo telefone (21) 2620-1248 ou pelo e-mail atendimentoconcursos@uff.br, para receber as orientações necessárias, não podendo alegar posteriormente a impossibilidade de realização da matrícula em função da não obtenção do referido Formulário.

2.2.2. No primeiro dia de aula, na atividade de credenciamento, o candidato deverá entregar:

a) uma cópia simples do seu documento oficial de identidade, apresentando juntamente o respectivo original para conferência; e

b) uma foto colorida e recente, tamanho 3x4 cm, a ser digitalizada para confecção do crachá definitivo. "

O subitem 2.3 do Edital passa a ter a seguinte redação:

" 2.3. O candidato que não efetuar a matrícula no período indicado ou não entregar a documentação exigida, na data determinada no subitem 2.2.2, perderá o direito à participação no Curso de Formação e será eliminado do Concurso. "

O item 3 do Edital passa a conter o subitem 3.1.2, com a seguinte redação:

" 3.1.2 Excepcionalmente, mediante comunicado prévio aos candidatos, as aulas poderão ocorrer nos sábados, domingos e feriados, com jornada diária de atividades de forma contínua ou intercalada, desde que a jornada diária de atividades não ultrapasse 8 (oito) horas e o término das aulas não ultrapasse às 21h30min. "

O subitem 4.2 do Edital passa a ter a seguinte redação:

" 4.2. Os casos omissos serão resolvidos em conjunto pela PROAC/COSEAC/UFF e pela ANCINE. "

O Capítulo IV do Anexo II passa a ter a seguinte redação:

" CAPÍTULO IV - DO CURSO - ESTRUTURA, METODOLOGIA E NORMAS

Art. 4.º - O Curso tem a carga horária total de 160 (cento e sessenta) horas, incluindo a palestra de abertura e a sessão de encerramento, e é estruturado em 6 (seis) módulos, constituídos pelas disciplinas e respectivos conteúdos indicativos, na forma a seguir:

Módulo I - "Contextualização da Indústria Audiovisual Mundial", totalizando 18 (dezoito) horas, constituído das seguintes disciplinas e respectivos conteúdos programáticos: 1.1 - "Introdução à Economia Política das Atividades Audiovisuais I", com 4 (quatro) horas - Comércio e peculiaridades dos produtos audiovisuais. Cadeia produtiva da indústria audiovisual e a cadeia produtiva do cinema. As janelas de exibição (segmentos de mercado) e os fluxos de recursos. Dimensão do mercado audiovisual no mundo. Os grandes players do mercado audiovisual. A economia da indústria audiovisual norte-americana e sua escala global. Os rumos da indústria: digitalização e personalização do consumo. Modelos institucionais, intervenção pública nas atividades audiovisuais. O modelo institucional europeu; 1.2 - "Nascimento e Estruturação da Indústria Audiovisual Mundial", com 4 (quatro) horas - A invenção do cinema: arte e indústria nascente. A indústria cinematográfica norte-americana até a Segunda Grande Guerra: A formação do studio system e do star system. Economia e modos de financiamento da produção cinematográfica A estruturação da indústria audiovisual norte americana no pós-guerra: A desestruturação do Studio System (Paramount X USA) e o novo papel do cinema independente. O advento da TV e a indústria cinematográfica. A estruturação da produção independente na televisão norte americana: a regulação estatal (Fyn-Syn e PTAR). A indústria cinematográfica europeia até a Segunda Grande Guerra: economia e modos de financiamento. O modelo privado europeu: ascensão e queda dos estúdios Gaumont, Pathé. A atuação estatal: UFA (Alemanha) e Cinecittá (Itália). Outros modelos europeus. A estruturação da indústria audiovisual europeia no pós-guerra. A constituição do CNC e CSA (França). O contraponto ao cinema americano: as políticas estatais e as TVs públicas. Modelo de financiamento das TVs públicas. A União Europeia e Mercado Audiovisual Comum. A privatização do espaço "hertziano" e a Diretiva "Televisão Sem Fronteiras"; 1.3 - "Direito, Economia e Política Internacional do Audiovisual"; com 4 (quatro) horas - A política internacional do audiovisual. As principais medidas nacionais de apoio à cultura e sua relação com o direito internacional do comércio. Instrumentos internacionais com implicação na cooperação para o desenvolvimento da indústria cinematográfica e audiovisual: as principais vantagens dos acordos de cooperação e sua incompatibilidade com o GATS. Os serviços audiovisuais no âmbito da Organização Mundial do Comércio. O audiovisual no âmbito da Convenção da Diversidade Cultural da UNESCO. As políticas do audiovisual no âmbito do MERCOSUL; 1.4 - "Políticas Audiovisuais Comparadas: casos de países não-hegemônicos", com 4 (quatro) horas - As políticas públicas para o audiovisual em geral, e para o cinema em particular, em países não hegemônicos. Os casos da Argentina, Canadá, Coreia do Sul, Índia.

1.5 - "História e estratégia da indústria cinematográfica norte-americana", com 2 (duas) horas - A estratégia da indústria cinematográfica norte-americana, dos seus primórdios à era digital. Aspectos da formação da indústria, controle de Hollywood pela censura e pelo governo, concorrência da televisão, surgimento da "Nova Hollywood", aspectos contemporâneos da comercialização dos filmes e os impactos das novas tecnologias.

Módulo II - "Contextualização da Indústria Audiovisual Brasileira e o papel da ANCINE", totalizando 20 (vinte) horas, constituído das seguintes disciplinas e respectivos conteúdos programáticos: 2.1 - "História da Indústria Cinematográfica Brasileira até a Embrafilme", com 4 (quatro) horas - História do cinema brasileiro. Os ciclos do cinema. Estratégias de viabilização econômica da produção dos filmes em cada ciclo. Gargalos e problemas econômicos de



sustentabilidade da indústria cinematográfica em cada ciclo. A relação do Estado com o cinema: intervenção econômica na produção e distribuição. Políticas de incentivo. As cotas mínimas de exibição. 2.2 - "O fomento cinematográfico na época da experiência da Embrafilme", com 4 (quatro) horas - Contexto histórico, político e econômico do nascimento e expansão da Embrafilme. O papel do Concine. Crise e extinção do modelo Embrafilme/Concine. A nova fase de estímulos públicos: as leis de incentivo. A "Retomada da produção". Contexto de criação das Leis de Incentivo baseadas em renúncia fiscal. Lei Sarney. Lei Rouanet: mecanismos de apoio à produção audiovisual. Lei do Audiovisual: os mecanismos de apoio. Legislação da Conversão de Dívida. 2.3 - "Contextualização histórica e empresarial da televisão no Brasil", com 4 (quatro) horas - As origens e sua vinculação ao rádio. As iniciativas pioneiras: Chaubert e a Tupi. A regionalização das emissoras. Concessões e regras para a radiodifusão de sons e imagens no Código Brasileiro de Telecomunicações. O papel da Embratel e a formação das redes nacionais. A formação da Rede Globo: contexto político. Inovações trazidas pela Globo e o declínio dos concorrentes. Estratégias de programação e constituição da grade. A política das concessões pós-re-democratização. Apogeu e crise da TV Manchete. A dinâmica atual do mercado: Globo, Record, Bandeirantes e SBT. As programadoras e distribuidoras brasileiras no Sistema de Televisão por Assinatura. A televisão brasileira em tempos de convergência digital: os interesses em pauta. 2.4 - "A Agência Nacional do Cinema", com 2 (duas) horas - Estado, Cinema e Audiovisual: Dinâmica Institucional. A proposta de um novo modelo de intervenção do Estado na indústria cinematográfica (MP 2228-1). O ambiente setorial e o contexto sociopolítico da época de criação da ANCINE. Desenho institucional do sistema público de apoio à produção audiovisual a partir da criação da agência. Características da ANCINE: entre atribuições regulatórias e de gestão executiva. A duplicidade de função: a herança do fomento e a regulação de mercado. O campo de atuação e as competências regulatórias: poder normativo, de fiscalização, sancionatório e de recomendação. A estrutura da ANCINE e o exercício da regulação: registro, monitoramento, fiscalização, regulamentação e a gestão da informação. A transparência e a participação popular: a ouvidoria e a consulta pública. Distinções entre a ANCINE e a Secretaria do Audiovisual - SAV/Minc: competências e atribuições complementares. 2.5 - "A centralidade da TV aberta no audiovisual brasileiro", com 2 (duas) horas - A análise da televisão brasileira a partir de um contexto internacional de mudanças que apontam para a reestruturação dos setores de comunicação de massa, telecomunicações e informática resultando em uma convergência de meios. As contradições entre as previsões convergentes e a concretização de posições divergentes entre estes setores. Os atores que representam papéis centrais na composição do mercado. 2.6 - "Panorama da produção e do mercado audiovisual no Brasil", com 2 (duas) horas - O panorama geral da produção e do mercado audiovisual no Brasil no período de 2003 a 2008. 2.7 - "Contextualização histórica dos novos instrumentos de fomento ao audiovisual", com 2 (duas) horas - A contextualização histórica da criação e formatação dos novos mecanismos de fomento ao audiovisual. Os Fundos: criação e estágio atual. O Prêmio Adicional de Renda: criação do fomento automático e primeiros resultados. Os editais de fomento. O fomento no marco da cooperação internacional. O Fundo Setorial do Audiovisual.

Módulo III - "Dinâmica Empresarial das Atividades Audiovisuais", totalizando 20 (vinte) horas, constituído das seguintes disciplinas e respectivos conteúdos programáticos: 3.1 - "Introdução à Economia Política das Atividades Audiovisuais II", com 4 (quatro) horas - Parte Geral: Estruturas do mercado da mídia. Economias de escala e de escopo. Estratégias corporativas. Concentrações verticais, horizontais e diagonais. Efeitos da concentração do market share: a visão da empresa e a visão governamental. Economia da mídia e políticas públicas: princípios aplicáveis, pluralidade de informação e direito de acesso, regulação da propriedade nas comunicações, concentração do mercado e promoção da concorrência, regionalização da produção e ingresso de novos fornecedores de conteúdo. Mercado Cinematográfico: Características do mercado cinematográfico: cadeia produtiva, estruturação das rendas, falhas de mercado, barreiras à entrada e obstáculos à produção independente, impactos de novas tecnologias. Mercado de Televisão: Características do mercado de televisão: cadeia produtiva, modelos de financiamento das emissoras e programadoras, falhas de mercado, windowing. 3.2 - "Dinâmica do Mercado Cinematográfico", com 6 (seis) horas - PRODUÇÃO: Produção e agentes envolvidos. Custos de produção: tipos e componentes orçamentários. Negative costs (below the line, above the line) e P&A (cópias, publicidade/divulgação). Fases da produção: pré-produção, produção propriamente dita, pós-produção. Causas de variação dos custos de produção. Contratação e desenvolvimento do roteiro. Conceitos de obra original, obras derivadas, remakes, seqüências, development deal e turnaround. Estratégias de financiamento. Recursos próprios. Financiamento bancário. Garantia de finalização (completion guarantee). Aquisição antecipada por exibidores e distribuidores. Blind bidding. Aquisição antecipada por emissoras ou programadoras. Co-produção. Recursos incentivados. DISTRIBUIÇÃO: O papel da distribuição: avanços na comercialização, comissões, royalties. Custos de distribuição. Relações entre produtores, distribuidores e exibidores: as janelas e os mecanismos de repartição de receitas entre os agentes da indústria cinematográfica. Planejando o lançamento de uma obra cinematográfica: Decisão de investimento em P&A e projeção de receitas nas diferentes janelas. Estratégias de distribuição: exclusiva (restringida ou limitada), exibição em plataforma e estréia maciça. Blockbooking. Repartição da receita de exibição e comissão de distribuição. Conceito de janelas de exibição e segmentos de mercado. PRODUÇÃO INDEPENDENTE: Características básicas: inovação, especialização, promoção de novos talentos. Relação entre produtores independentes e as majors. RELAÇÕES CONTRATUAIS: Os contratos de distribuição e a negociação para exibição nas demais janelas. Relações contratuais típicas: pickup deal, first look deal,

exclusive deal, housekeeping deal. ESTUDOS DE CASO: Projeção de lucratividade de um filme hipotético com planejamento de lançamento e projeção de rendimentos nos vários segmentos de mercado. 3.3 - "Dinâmica do Mercado de Televisão e Produção Independente", com 4 (quatro) horas - Produção para televisão. Produção própria, comissionamento/terceirização, co-produção e aquisição. Formatos de programas de televisão. Conceito de pitching. Estratégias de merchandising, product placement e brand placement. Relação entre emissoras abertas e produtoras independentes a partir da década de 1980. A televisão por assinatura e a produção independente no Brasil. 3.4 - "Utilização de Recursos Incentivados", com 6 (seis) horas - Análise de casos envolvendo a utilização de mecanismos de fomento às atividades cinematográficas e audiovisuais. A operacionalização dos incentivos fiscais. O papel da ANCINE na gestão dos incentivos. Possibilidades de atuação conjunta entre ANCINE, RFB e BACEN no controle destes valores. Parte I: Elaboração, apresentação, análise, acompanhamento e prestação de contas de projetos de obras audiovisuais: visão geral. Parte II - Classificação das empresas produtoras proponentes de projetos de produção independente de obras audiovisuais. Parte III - Mecânica de aplicação das instruções normativas que regulamentam dispositivos de incentivo. Problemas usualmente enfrentados. Mecanismos: (a) Lei n.º 8.685/93 (art. 1, 1º-A, 3º e 3º-A); (b) MP n.º 2.228/1 (art. 39, X.); (c) Fincines; (d) Fundo Setorial do Audiovisual; (e) A IN 61 e o fomento para o segmento de mercado de salas de exibição. Parte IV - Prêmios: (a) Programa Ancine de Incentivo a Qualidade do Cinema Brasileiro; (b) Prêmio Adicional de Qualidade. Parte V - Projetos de co-produção internacional: questões centrais.

Módulo IV - "O Audiovisual e as Técnicas da Comunicação", totalizando 10 (dez) horas, constituído das seguintes disciplinas e respectivos conteúdos programáticos:

4.1 - "Introdução aos Sistemas de Comunicação", com 4 (quatro) horas - Conceitos Básicos. Divisão do espectro eletromagnético. Sinais analógicos e digitais. Largura de Banda. Modulação e Multiplexação de sinais. Evolução do processo de digitalização. Separação entre redes e serviços. Conteúdos audiovisuais e sistemas de comunicação: as novas possibilidades. 4.2 - "Cinema Digital", com 2 (duas) horas - Tecnologias de suporte à captação de imagens e veiculação de filmes por meios digitais nas salas de exibição. Os diferentes modelos de cinema digital no mundo: possibilidades e conseqüências para as políticas públicas. Possibilidades e conseqüências para o mercado exibidor. 4.3 - "Comunicação Multimídia", com 2 (duas) horas - Definição de multimídia. Tipologia da representação multimídia (texto, imagem, gráfico, animação, áudio e vídeo). Redes de comunicação multimídia. Serviços de Comunicação Multimídia: definição e aspectos regulatórios. Conteúdos audiovisuais em redes multimídia. Audiovisual sobre redes IP: as novas possibilidades. 4.4 - "Televisão Digital", com 2 (duas) horas: Definição de "TV digital". Os sistemas existentes (padrões). Panorama da situação da TV digital terrestre no mundo. O Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre. Aspectos técnicos e jurídicos. A televisão digital e os impactos no ambiente regulatório e concorrencial (rede e conteúdo): As questões do operador de rede, compartilhamento e multiprogramação no caso brasileiro.

Módulo V - "Regulação e Políticas Públicas Ligadas ao Audiovisual", totalizando 64 (sessenta e quatro) horas, constituído das seguintes disciplinas e respectivos conteúdos programáticos: 5.1 - "Audiovisual, Comunicação, Espaço Público e Cidadania", com 4 (quatro) horas - Princípios norteadores da elaboração de políticas públicas e de regulação nas Comunicações e no Audiovisual. Esfera pública. Cidadania. Sociedade Civil. Controle Público-social. Comunicação e Estado de Direito. Comunicação e Direito Social. Comunicação e Cidadania. Comunicação e os limites da intervenção da Sociedade Civil. 5.2 - "Histórico das políticas públicas para comunicação eletrônica até a década de 1980", com 4 (quatro) horas - A Política da Comunicação Social anterior ao CBT - Código Brasileiro de Comunicações. O Código Brasileiro de Comunicações de 1962 e suas atualizações. A estruturação da radiodifusão brasileira e o papel do Estado no regime militar. A estruturação das redes entre cabeças de rede e afiliadas. Análise comparativa das políticas de comunicação no Brasil e em outros países nas décadas de 60 e 70. 5.3 - "Histórico das políticas públicas de comunicação no país: da década de 1980 aos dias atuais", com 4 (quatro) horas - A Política da Comunicação na Nova República. A Lei do Cabo de 1995: a constituição do consenso e os interesses envolvidos. "Rasgando" o CBT: a LGT de 1997 e o contexto da privatização do sistema Telebrás. Os grupos de comunicação na privatização do sistema. Análise comparativa das políticas de comunicação no Brasil e em outros países nas décadas de 80 e 90. A concentração dos meios de comunicação no mercado multimídia. Histórico da regulação brasileira na área de audiovisual. O cenário atual e estrutura de mercado das comunicações eletrônicas no Brasil. Os desafios da construção do marco regulatório em tempos de convergência digital. Os projetos de Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica (ou Comunicação de Massa). O projeto da Ancinav sob a ótica da Comunicação Social. Análise do PL-29/2007. 5.4 - "Reestruturação do Estado Brasileiro e as Agências Reguladoras", com 4 (quatro) horas. Visão geral e princípios norteadores da Reestruturação do Estado no governo FHC. Surgimento das Agências Reguladoras no país: O rompimento de monopólios e as privatizações. O processo de delegação à iniciativa privada de atividades privatizadas do poder público. O papel regulador do Estado. Desenho atual das agências reguladoras: autonomia político-administrativa e econômico - financeira. 5.5 - "As Agências Reguladoras e seu poder Normativo", com 2 (duas) horas - Princípio da legalidade e regulamento administrativo. Hipótese de delegação de poderes legislativos. Competência regulamentar. O poder normativo das agências reguladoras. Estado democrático de direito, a legitimidade e o alcance da atuação normativa das agências reguladoras. A relação de supervisão ministerial e a questão do recurso hierárquico. O controle exercido pelos poderes e pelos órgãos de controle. A atuação do Poder Judiciário na revisão

das decisões das agências reguladoras. 5.6 - "Regulação Econômica e o Processo Administrativo", com 4 (quatro) horas - Ato Administrativo e Processo Administrativo. Princípios do Processo Administrativo. Recursos no Processo Administrativo. Prescrição da Ação Punitiva Pela Administração Pública Federal. A Participação dos Interessados no Processo Administrativo Federal. Poder regulamentar, Regulação Setorial e Processo Administrativo. Defesa da Concorrência e Processo Administrativo. Regulação Econômica e o Controle Jurisdicional. 5.7 - "Noções básicas de Microeconomia", com 6 (seis) horas - O modelo de Concorrência Perfeita e o conceito de eficiência econômica. Falhas de mercado e redução do bem-estar. Teoria do Monopólio e Monopólio Natural. Teoria do Oligopólio e Teoria da Firma Dominante. Elasticidade da Demanda. Economia de escala e de escopo. Barreiras à entrada. Métodos de Custos. A infra-estrutura e as indústrias de rede. Externalidades. 5.8 - "Regulação Econômica: princípios básicos", com 8 (oito) horas - Conceitos: ofertas e demandas competitivas, equilíbrio, falha do mercado. Necessidade de regulação. Por que regular? As teorias da regulação. Tipologia Geral de Intervenção do Estado sobre o Domínio Econômico. A questão do equilíbrio econômico e financeiro. Estratégias regulatórias: incentivos, command and control e teoria dos jogos. Instituições e estruturas: conceito, estrutura e lógica de atuação de um órgão regulador. Análise de custo benefício e a definição do conteúdo da regulação. O problema da resistência ao cumprimento da regulação. Regulação concorrencial. Regulação e interesse público. Regulação por controle direto, por incentivo e mercado. 5.9 - "Elementos da Economia Institucional", com 4 (quatro) horas - Motivações normativas para a regulação de mercados. O enfoque da teoria positiva da regulação. A demanda por regulação: o modelo Stigler-Peltzman. Grupos de interesse e lobby. Estrutura da oferta de regulação. Oportunismo do regulador. Regulação positiva na prática. 5.10 - "Defesa da Concorrência: a visão econômica", com 4 (quatro) horas - Estrutura, conduta e desempenho. Concentração Vertical e Horizontal. Definição de Mercado Relevante. Barreiras à entrada. Teoria dos Mercados Contestáveis. Comportamento Estratégico e teoria dos jogos. Comportamento Monopolístico: discriminação de preços e preços predatórios. A relação entre concorrência, regulação e políticas industriais. 5.11 - "O Sistema Jurídico de Defesa da Concorrência", com 4 (quatro) horas - Política de Defesa da Concorrência. Lei 8884/84 e o tripé CADE, SDE, SEAE. Órgãos e Agências reguladoras: o papel de cada um. Conteúdos audiovisuais e o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Possíveis alterações na legislação. 5.12 - "Regulação de Conteúdo Audiovisual", com 4 (quatro) horas - Conceitos da regulação econômica e social do audiovisual: Bases e critérios da regulação econômica do audiovisual: livre concorrência, diversidade das fontes de informação e garantia de circulação do produto nacional. Bases e critérios da regulação social do audiovisual: princípios constitucionais relativos à soberania nacional, à cultura brasileira, à diversidade de fontes de informação e à função social da propriedade. A importância da regulação do audiovisual pelo Estado no contexto da convergência tecnológica. Conceito de mercado multimídia. Comparação entre as cadeias de valor no ambiente convergente com as cadeias de valor tradicionais dos setores de telecomunicações e multimídia. Desafios regulatórios no ambiente de convergência. Os meios tradicionais versus os novos meios de oferta de conteúdo. A transmissão e produção de conteúdo audiovisual por prestadoras de serviços de telecomunicações e informáticas. 5.13 - "Panorama da Regulação em Conteúdos Audiovisuais Pagos", com 2 (duas) horas - Situação atual da TV por assinatura no país. As bases normativas dos serviços de televisão por assinatura. Problemas e entraves regulatórios. Convergência e televisão por assinatura. Novos marcos regulatórios em serviços de tv por assinatura: panorama internacional. Defesa da concorrência em serviços de tv por assinatura: a experiência internacional. Propostas de novos modelos regulatórios para o Brasil: PL 29 e apensados. 5.14 - "Regulação da Propriedade Intelectual no Ambiente Audiovisual", com 4 (quatro) horas - Dimensão civil-constitucional da proteção da criação intelectual. Normas internacionais de proteção à propriedade intelectual. Proteção das marcas e signos distintivos. Lei n.º 9.279/96. Proteção ao direito do autor. Lei n.º 9.610/1998. Distinções entre o sistema de copyright e direito de autor. Conceito de criação, originalidade, obras protegidas e formatos. Direitos morais e patrimoniais de autor. Limites e exceções aos direitos de autor. Direitos conexos. Cessão de direitos e características contratuais. Obras derivadas. Licenciamento de produtos. Direitos autorais nas obras audiovisuais. As entidades de gestão coletiva dos direitos autorais das obras audiovisuais: experiências internacionais. O papel do ECAD. Os direitos das entidades de radiodifusão. A propriedade intelectual na era digital: medidas contra a pirataria, novas modalidades de negócios, medidas tecnológicas de proteção, compensação por cópia privada, função social da propriedade intelectual, direito de acesso, licenças colaborativas e "creative commons". 5.15 - "Liberdades públicas e intervenção estatal no conteúdo audiovisual", com 2 (duas) horas - Liberdades públicas e a intervenção estatal no conteúdo audiovisual. A proteção à liberdade de expressão e informação versus a proteção à privacidade. Colisão de direitos. Classificação etária e horária. O novo papel do Ministério da Justiça com a abolição constitucional da censura. Exposição indevida de conteúdo e os mecanismos de proteção à criança e ao adolescente. A proteção ao consumidor. Ética e Autoregulação. Experiência da auto-regulação publicitária do conteúdo. O papel do CONAR. 5.16 - "Regulação e Defesa da Concorrência aplicada ao Audiovisual: a convergência e o debate contemporâneo", com 4 horas - Convergência e regulação econômica do audiovisual. Estudos de casos de atuação de órgãos de defesa da concorrência no Brasil e em outros países.

Módulo VI - Formação Instrumental, totalizando 26 (vinte e seis) horas, constituído das seguintes disciplinas e respectivos conteúdos programáticos: 6.1 - "Produção do Audiovisual: da idéia à cópia final", com 6 (seis) horas - Apresentação do processo de produção audiovisual, da criação do argumento, desenvolvimento do



roteiro, pré-produção, captação de recursos, etapas da produção e finalização do projeto. 6.2 - "Ética Pública", com 2 (duas) horas - Código de Conduta da Alta Administração Federal. Comissão de Ética Pública. Código de Ética. Comissão de Ética da Ancine. 6.3 - "Implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas", com 4 (quatro) horas - Conceituação e tipos de avaliação. Avaliação de políticas públicas. Monitoramento. Metodologias, modelo experimental e quase-experimental, o modelo causal. Tipo de avaliação, avaliação ex-ante e ex-post, avaliação de resultados e de impacto, interna, externa, mista, participativa. Critérios de eficiência, eficácia e efetividade. Análise custo-benefício, análise custo-efetividade. Teoria do programa, teoria da implementação, teoria da mudança do programa e teoria da avaliação. 6.4 - "Impacto e qualidade da regulação", com 2 (duas) horas - O debate contemporâneo sobre a qualidade da regulação. Avaliação das políticas regulatórias. Aspectos gerais do risco regulatório e da avaliação do impacto regulatório. 6.5 - "Gestão Pública Contemporânea Aplicada à Regulação", com 4 (quatro) horas - Gestão Pública, Governabilidade, Governança e Accountability. Desafio da gestão pública no mundo contemporâneo. Burocracia, cultura organizacional e reforma na Administração Pública. O processo de modernização da Administração Pública. Governabilidade, governança e accountability. Reforma do Estado e Transparência no Brasil. Regulação e supervisão ministerial. Accountability e independência regulatórias como pressupostos para a sustentabilidade do modelo regulador brasileiro. Contribuição de entidades de fiscalização superiores para o sucesso do modelo. Trajetória do controle externo da regulação: capacidade de analisar políticas públicas de gestão regulatória. O caso brasileiro: o Tribunal de Contas da União. 6.6 - "Princípios de Gestão e Avaliação de Projetos", com 4 (quatro) horas. Projetos institucionais da Agência. Conceitos, dimensões e critérios para a elaboração de um programa ou projeto institucional. Análise de problemas. Análise de objetivos. Análise dos atores envolvidos e exame dos aspectos políticos e institucionais para implementação. Análise dos recursos. Análise do entorno político. Construção de cenários. Análise de alternativas. Desenho de operações. Parcerias. Definição de recursos e indicadores. Sistemas de monitoramento e avaliação. Principais processos e modelos de projetos de Cooperação Internacional. Risco, equipe, comunicação e tempo. 6.7 - "Aspectos institucionais das Agências Reguladoras e da carreira de Especialista em Regulação", com 4 (quatro) horas - O fortalecimento da capacidade institucional das agências reguladoras. A dinâmica de formação das agências reguladoras e a ausência de uma "lei quadro". Os princípios inseridos no Projeto de Emenda Constitucional 81/2003 e no Projeto de Lei 3.337/2004. A construção do quadro efetivo das agências reguladoras. A polêmica da Lei 9.986/2000. Aspectos da Lei 10.871/2004. A carreira de Especialista em Regulação: atribuições, deveres, remuneração e desenvolvimento. O PRO-REG e o fortalecimento da capacidade institucional das agências reguladoras.

§ 1º - Não serão aceitos pedidos de dispensa de disciplinas e nem pedidos de trancamento de uma ou mais disciplinas, devendo o candidato cursar todas as disciplinas do Curso.

§ 2º - Os conteúdos programáticos das disciplinas e suas respectivas cargas horárias poderão ser modificados até a data de início do Curso, sem prejuízo da carga horária total de 160 (cento e sessenta) horas ou da necessidade de modificação deste Regulamento, por intermédio da publicação da nova distribuição de conteúdos programáticos e carga horária no endereço eletrônico www.concursos.uff.br.

O Art. 5º passa a conter o § 3º, com a seguinte redação:

" § 3º - Excepcionalmente, mediante comunicado prévio aos candidatos, a jornada diária de atividades poderá ocorrer de forma contínua ou intercalada, em horário diverso do §2º deste artigo, desde que a jornada diária de atividades não ultrapasse 8 (oito) horas e o término das aulas não ultrapasse às 21h30min. "

O § 5º do Art. 6º passa a ter a seguinte redação:

" § 5º - O limite máximo de faltas admitido em cada módulo é o constante a seguir: Módulo I: 4 (quatro) tempos de aula; Módulo II: 4 (quatro) tempos de aula; Módulo III: 4 (quatro) tempos de aula; Módulo IV: 2 (dois) tempos de aula; Módulo V: 13 (treze) tempos de aula; Módulo VI: 5 (cinco) tempos de aula. "

O § 1º do Art. 26 passa a ter a seguinte redação:

" § 1º - O prazo para interposição dos recursos é até as 17 horas do segundo dia útil após o dia da divulgação do gabarito. "

O Art. 31 passa a ter a seguinte redação:

" Art. 31 - Os casos omissos e as alterações que se fizerem necessárias na execução deste Curso serão resolvidos pela PROAC/COSEAC/UFF e pela ANCINE. "

MANOEL RANGEL

## FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

### EXTRATO DE PARCERIA

Espécie: Extrato de termo de parceria nº 01 . Nº do processo 01430.002.586/2008-13. PARTES: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL - CNPJ 40.176.679/0001-99, COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DE SANTA CATARINA (CESUSC) - CNPJ nº 02.984.294/0001-69. OBJETO: O presente instrumento visa regular as relações de cooperação entre a FBN e o CESUSC, no que se refere ao compartilhamento dos recursos de catalogação disponíveis no site da FBN - <http://www.bn.br>, promovendo desta forma o desenvolvimento dos projetos de automação bibliográfica das Bibliotecas Universitárias Brasileiras. Vigência: em vigor a partir da data de assinatura, durante 02 (dois) anos. Data da assinatura: 02 de março de 2009.

### RETIFICAÇÃO

No Extrato de Termo Aditivo Nº 23/2008 publicado no DOU de 13/03/2009, Seção 3, Pág. 7. Onde se lê: Número do contrato: 23/2008, Contr ato: Micrologica Comercial e Assistência Técnica Ltda. Leia-se : Número de Contrato: 16/2004, Contrato: Angel's Serviços Técnicos Ltda.

(SICON - 17/03/2009) 344042-34209-2009NE900029

## FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

### EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Processo nº 01420.002255/2008-94 Espécie: Convênio nº 701943/2008. Concedente: Fundação Cultural Palmares; CNPJ nº 32.901.688/0001-77. Conveniente: Guarda de Marujos São Benedito; CNPJ 21.611.660/0001-89. Objeto: Prorrogação de ofício do convênio, cujo final da vigência fica alterado de 31 de dezembro de 2008 para 10 de maio de 2009. Respaldo Legal: Art. 30 da Portaria Interministerial nº 127/2008. Vigência: de 24/12/2008 à 10/05/2009. Responsável concedente: Edvaldo Mendes Araújo, Presidente da Fundação Cultural Palmares, CPF 065.704.105-04.

## FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1004/2009

Nº Processo: 01530001494/08-80 . Objeto: Acesso ao Sisbacen - Sistema de Informações Banco Central. Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93 . Justificativa: Conforme proc.nº1494/2008-80 Declaração de Inexigibilidade em 16/03/2009 . ANAGILSA BARBOSA DA NÓBREGA FRANCO . Coordenadora Geral de Planejamento e Administração . Ratificação em 16/03/2009 . SÉRGIO DUARTE MAMBERTI . Presidente . Valor: R\$ 8.736,00 . Contratada :BANCO CENTRAL DO BRASIL . Valor: R\$ 8.736,00

(SIDECA - 17/03/2009) 403201-40402-2009NE900118

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2009

Número do Contrato: 4/2008. Nº Processo: 01530000109/08-87. Contratante: FUNDACAO NACIONAL DE ARTES FUNARTECNPJ Contratado: 34028316000294. Contratado : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS. Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12(doze) meses. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 Vigência: 27/02/2009 a 26/02/2010. Valor Total: R\$77.000,00. Fonte: 100000000 - 2009NE900058. Data de Assinatura: 20/02/2009.

(SICON - 17/03/2009) 403201-40402-2009NE900118

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2009

Número do Contrato: 2/2008. Nº Processo: 01530000160/08-99. Contratante: FUNDACAO NACIONAL DE ARTES FUNARTECNPJ Contratado: 0159652000177. Contratado : DATA COOP - COOPERATIVA DE -BIBLIOTECARIOS , DOCUMENTALI. Objeto: Prorrogar, pelo período de 12(doze) meses, o prazo de vigência estabelecido na cláusula sétima do contrato original. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 Vigência: 20/03/2009 a 19/03/2010. Valor Total: R\$8.280,00. Fonte: 100000000 - 2009NE900076. Data de Assinatura: 13/02/2009.

(SICON - 17/03/2009) 403201-40402-2009NE900118

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2009

Número do Contrato: 6/2005. Nº Processo: 01530001790/04-57. Contratante: FUNDACAO NACIONAL DE ARTES FUNARTECNPJ Contratado: 04559666000135. Contratado : PATRIMONIAL SEGURANCA INTEGRADA -LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo do contrato original por mais 12(doze) meses. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 Vigência: 26/03/2009 a 25/03/2010. Valor Total: R\$542.195,76. Fonte: 100000000 - 2009NE900070. Data de Assinatura: 16/02/2009.

(SICON - 17/03/2009) 403201-40402-2009NE900118

## INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

### AVISO DE LICITAÇÃO CONCURSO Nº 1/2009

Objeto: Premio Rodrigo Melo Franco de Andrade edição 2009. Total de Itens Licitados: 00007. Edital: 19/03/2009 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 17h00 . ENDEREÇO: Setor Bancário Norte Quadra 02 Edifício Central Brasília 4º andarAsa Norte - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: 11/05/2009 às 17h00 . Endereço: Setor Bancário Norte Quadra 02 Edifício Central Brasília 4º andarAsa Norte - BRASILIA - DF

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA  
Presidente do Instituto

(SIDECA - 17/03/2009) 343026-40401-2009NE900036

## 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 10/2009

Número do Contrato: 54/2008. Nº Processo: 01500004033200816. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 03889337000190. Contratado : RIO TIME TURISMO LTDA - ME -Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato cujo objeto é prestação de serviços para realização do lançamento da publicação da oficina de estudo da preservação. Fundamento Legal: art. 57, ÷ 1º inciso II da Lei 8.666/93 Vigência: 27/02/2009 a 30/06/2009. Data de Assinatura: 27/02/2009.

(SICON - 17/03/2009) 343026-40401-2009NE000036

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 11/2009

Número do Contrato: 32/2008. Nº Processo: 01500003065200802. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 09540426000102. Contratado : TORRE ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA -EPP.. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato cujo objeto é serviços técnicos de levantamento de uso dos espaços do Palacio Gustavo Capanema. Fundamento Legal: art. 57, ÷ 4º, da Lei 8.666/93 Vigência: 25/02/2009 a 27/03/2009. Data de Assinatura: 25/02/2009.

(SICON - 17/03/2009) 343026-40401-2009NE900036

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 12/2009

Número do Contrato: 39/2008. Nº Processo: 01500003808200836. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 08799068000194. Contratado : REOBOTE SERVICOS EVENTOS E TURISMOLTDA. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato cujo objeto é contratação de serviços necessário para a realização de um seminário Arqueologia no Sudeste Brasileiro, Fundamento Legal: art. 57 ÷ 4º, da Lei 8.666/93 Vigência: 08/03/2009 a 08/05/2009. Data de Assinatura: 08/03/2009.

(SICON - 17/03/2009) 343026-40401-2009NE900036

## 13ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2009

Número do Contrato: 22/2008. Nº Processo: 01514003645200832. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 05994174000130. Contratado : TRAVESSA CONSERVACAO E RESTAURO -LTDA. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 00022/2008 de 23/12/08, objetivando a execução de diagnóstico, mapeamento de dados e elaboração de projeto arquitetônico e estrutural, visando a recuperação da Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em Ouro Preto/MG. Fundamento Legal: Artigo 57, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores. Vigência: 23/03/2009 a 21/05/2009. Data de Assinatura: 13/03/2009.

(SICON - 17/03/2009) 343026-40401-2009NE900036

## 16ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 1/2009

Objeto: Contratação de Empresa especializada em Vigilância para serviços a serem realizados na cidade de porto velho e Rio Branco, sendo em porto velho 12h por dia e em rio branco 24h integrais. Total de Itens Licitados: 00002 . Edital: 18/03/2009 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00 . ENDEREÇO: Av. Presidente Dutra, nº2234 baixa Uniao - PORTO VELHO - RO . Entrega das Propostas: 30/03/2009 às 10h00 . Endereço: Av. Presidente Dutra, nº2234 baixa Uniao - PORTO VELHO - RO

ALBERTO BERTAGNA  
Superintendente

(SIDECA - 17/03/2009) 343037-40401-2009NE900036

## MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2009

Nº Processo: 01468000088200809. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 07691118000152. Contratado : TRES KADOSH DO BRASIL COMERCIO EM-INFORMATICA E SERVICO. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva sem fornecimento de peças dos equipamentos de informática (microcomputadores, monitores de vídeo e impressoras/multifuncionais, etc), instalados no prédio sede do MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Fundamento Legal: Leis: 8.666, 10.520, Decretos 3.722, 5.450, 6.204, IN 05/MARE e Lei Complementar 123 Vigência: 06/03/2009 a 06/03/2010. Valor Total: R\$7.999,99. Fonte: 100000000 - 2009NE900018. Data de Assinatura: 06/03/2009.

(SICON - 17/03/2009) 343026-40401-2009NE900036